

STJ00098912

GUSTAVO FILIPE BARBOSA GARCIA

**CURSO DE DIREITO
PROCESSUAL
DO TRABALHO**

3.^a edição,
Revista, atualizada e ampliada



Rio de Janeiro

- ▣ A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição, aí compreendidas a impressão e a apresentação, a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo. Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei n. 8.078, de 11.09.1990).

- ▣ Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2014 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (0XX21) 3543-0770 – Fax: (0XX21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- ▣ O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- ▣ Capa: Danilo Oliveira

- ▣ CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

1002363

Garcia, Gustavo Filipe Barbosa

Curso de direito processual do trabalho / Gustavo Filipe Barbosa Garcia. – 3ª ed. rev., atual. e ampl.
– Rio de Janeiro: Forense, 2014.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-5485-7

1. Direito do trabalho - Brasil. 2. Processo trabalhista - Brasil. 3. Justiça do trabalho - Brasil. I. Título.

12-2765.

CDU: 349.2

SUMÁRIO

1 – HISTÓRIA DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO.....	1
1.1 Introdução.....	1
1.2 Direito estrangeiro	2
1.2.1 França.....	2
1.2.2 Alemanha	2
1.2.3 Itália	3
1.2.4 Reino Unido da Grã-Bretanha	3
1.2.5 Espanha.....	4
1.2.6 Portugal.....	4
1.2.7 Estados Unidos da América	5
1.2.8 México	5
1.2.9 Argentina.....	5
1.3 Evolução no Brasil.....	6
1.3.1 Constituição Política do Império do Brasil de 1824.....	6
1.3.2 Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891...	6
1.3.3 Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934...	8
1.3.4 Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937.....	9
1.3.5 Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946.....	11

1.3.6 Constituição da República Federativa do Brasil de 1967 e Emenda Constitucional 1/1969.....	13
1.3.7 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.....	15
2 – CARACTERIZAÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	19
2.1 Denominação.....	19
2.2 Conceito	19
2.3 Abrangência da matéria.....	20
3 – AUTONOMIA E NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	23
3.1 Autonomia do Direito Processual do Trabalho	23
3.2 Relações do Direito Processual do Trabalho com outros ramos do Direito.....	25
3.3 Direito Processual do Trabalho no contexto da Teoria Geral do Processo e do Direito Constitucional	26
3.4 Natureza jurídica do Direito Processual do Trabalho.....	31
3.5 Evolução histórica do processo	33
3.6 Direito Processual do Trabalho e processo trabalhista	34
3.7 Processo do trabalho: confirmação de sua autonomia.....	38
3.8 Perspectivas do processo do trabalho	40
4 – FONTES DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	41
4.1 Fontes materiais e fontes formais	41
4.2 Fontes formais do Direito Processual do Trabalho.....	41
4.2.1 Constituição	42
4.2.2 Leis.....	42
4.2.3 Jurisprudência.....	42
4.2.4 Normas dos tribunais.....	43
4.2.5 Usos e costumes.....	43
4.2.6 Princípios jurídicos.....	44
5 – INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO E EFICÁCIA DAS NORMAS DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO.....	45
5.1 Interpretação do Direito Processual do Trabalho	45

5.2	Integração do Direito Processual do Trabalho	47
5.3	Eficácia das normas de Direito Processual do Trabalho no tempo....	49
5.4	Eficácia das normas de Direito Processual do Trabalho no espaço...	52
6	– PRINCÍPIOS DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO.....	55
6.1	Conceito e natureza jurídica dos princípios no Direito	55
6.2	Funções dos princípios no Direito	56
6.3	Princípios no Direito Processual do Trabalho	57
6.3.1	Princípio de proteção no Direito Processual do Trabalho	58
6.3.2	Princípios do Direito Processual no Direito Processual do Trabalho.....	58
6.3.3	Princípios constitucionais do processo e Direito Processual do Trabalho	60
7	– FORMAS DE SOLUÇÃO DOS CONFLITOS TRABALHISTAS.....	63
7.1	Introdução.....	63
7.2	Espécies de conflitos trabalhistas	64
7.3	Formas de solução dos conflitos trabalhistas	65
7.3.1	Autodefesa	65
7.3.2	Autocomposição.....	65
7.3.3	Heterocomposição	67
7.3.3.1	Arbitragem	67
7.3.3.2	Jurisdição	70
8	– ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO	77
8.1	Introdução.....	77
8.2	Órgãos da Justiça do Trabalho	77
8.2.1	Varas do Trabalho	78
8.2.2	Tribunais Regionais do Trabalho	78
8.2.2.1	Composição.....	78
8.2.2.2	Organização e Regiões.....	79
8.2.2.3	Órgãos e competência.....	81
8.2.3	Tribunal Superior do Trabalho.....	85
8.2.3.1	Composição e direção.....	85

8.2.3.1.1	Presidente do TST	86
8.2.3.1.2	Vice-Presidente do TST	89
8.2.3.1.3	Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho.....	89
8.2.3.2	Comissões no TST	92
8.2.3.3	Funcionamento e órgãos	95
8.2.3.3.1	Pleno do TST.....	96
8.2.3.3.2	Órgão Especial	97
8.2.3.3.3	Seção Especializada em Dissídios Coletivos ..	99
8.2.3.3.4	Seção Especializada em Dissídios Individuais	100
8.2.3.3.5	Turmas	101
8.2.3.4	Órgãos que funcionam junto ao TST	102
8.3	Órgãos e serviços auxiliares da Justiça do Trabalho	103
8.3.1	Secretaria.....	104
8.3.2	Distribuidor	106
8.3.3	Oficiais de Justiça	107
9	– MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.....	109
9.1	Introdução.....	109
9.2	Princípios e organização do Ministério Público do Trabalho.....	110
9.3	Garantias e vedações	113
9.4	Competência e atribuições: tutela dos direitos metaindividuais e fundamentais.....	114
9.5	Inquérito civil.....	121
9.6	Termo de ajuste de conduta.....	122
9.7	Ação civil pública.....	123
9.8	Ação anulatória de cláusulas convencionais.....	128
9.9	Conclusão	128
10	– COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO	131
10.1	Jurisdição.....	131
10.2	Competência.....	133
10.3	Classificação da competência	134
10.3.1	Competência absoluta e relativa.....	134

10.3.2	Competência em razão da matéria, da pessoa, funcional, territorial e em razão do valor da causa.....	135
10.3.3	Competência civil e criminal.....	136
10.3.4	Competência comum e especial.....	136
10.3.5	Competência originária e recursal.....	137
10.3.6	Competência constitucional e legal (infraconstitucional).....	138
10.3.7	Competência de juízo.....	139
10.3.8	Competência internacional.....	142
10.4	Competência da Justiça do Trabalho: classificação.....	143
10.5	Relação de trabalho.....	146
10.5.1	Relação de trabalho e relação de consumo.....	154
10.5.2	Relação de trabalho e prestação de serviço por empresa.....	160
10.5.3	Relação de trabalho e pequena empreitada.....	162
10.5.4	Relação de trabalho e representação comercial autônoma.....	162
10.5.5	Relação de trabalho, relação societária e relação associativa.....	165
10.5.6	Relação de trabalho, trabalho eventual e avulso.....	167
10.5.7	Relação de trabalho e trabalho gratuito.....	168
10.5.8	Relação de trabalho e trabalho do preso.....	169
10.6	Entes de direito público externo.....	170
10.7	Servidores públicos.....	172
10.7.1	Dissídio coletivo e administração pública.....	177
10.8	Greve.....	179
10.9	Representação sindical e conflitos sindicais.....	183
10.10	Mandado de segurança.....	189
10.10.1	Mandado de segurança e penalidades administrativas impostas pela fiscalização trabalhista.....	189
10.11	<i>Habeas corpus</i>	189
10.12	<i>Habeas data</i>	190
10.13	Danos morais e materiais decorrentes da relação de trabalho.....	191
10.14	Penalidades administrativas impostas pelos órgãos de fiscalização do trabalho.....	196
10.15	Execução de contribuições sociais.....	196
10.16	Dissídio coletivo.....	198

10.17	Conflitos de competência.....	199
10.18	Competência nos casos de falência e recuperação de empresa	201
10.19	Competência em razão do lugar.....	204
10.19.1	Local da prestação do serviço.....	207
10.19.2	Agentes ou viajantes comerciais	208
10.19.3	Empresa que realize atividade fora do lugar do contrato....	208
10.20	Competência internacional	210
10.21	Competência do juízo e distribuição.....	211
10.22	Competência funcional.....	213
11	– ATOS, TERMOS E PRAZOS NO PROCESSO DO TRABALHO	217
11.1	Processo, procedimento e ato processual.....	217
11.2	Termo.....	222
11.3	Prazos processuais	227
11.3.1	Classificação	227
11.3.2	Contagem dos prazos processuais.....	228
11.3.3	Início do prazo para recurso	231
11.3.4	Prazos para o juiz	232
11.3.5	Prazos para o serventuário da Justiça.....	233
11.3.6	Prazos para as partes	233
11.3.7	Prazos para a Fazenda Pública e para o Ministério Público .	235
11.4	Comunicação dos atos processuais.....	237
11.5	Preclusão.....	242
11.5.1	Preclusão temporal	242
11.5.2	Preclusão lógica.....	242
11.5.3	Preclusão consumativa	243
11.6	Perempção	243
11.7	Informatização do processo.....	244
11.7.1	Comunicação eletrônica dos atos processuais.....	246
11.7.2	Processo eletrônico.....	247
12	– NULIDADES NO PROCESSO DO TRABALHO	251
12.1	Fundamentos e conceituação.....	251

12.2 Vícios dos atos processuais	252
12.3 Princípios das nulidades processuais.....	254
13 – PARTES	259
13.1 Terminologia.....	259
13.2 Conceito	260
13.3 Sucessão das partes	261
13.4 Capacidade de ser parte.....	262
13.5 Capacidade de estar em juízo.....	263
13.6 Capacidade postulatória.....	267
13.6.1 Mandato	270
13.6.2 Assistência Judiciária e justiça gratuita	275
13.7 Deveres das partes e litigância de má-fé.....	279
14 – LITISCONSÓRCIO	285
14.1 Conceito	285
14.2 Classificação e regime legal	286
15 – INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	295
15.1 Denominação e natureza jurídica	295
15.2 Conceito e classificação	296
15.3 Assistência.....	298
15.4 Oposição.....	301
15.5 Nomeação à autoria.....	306
15.6 Denúnciação da lide.....	310
15.7 Chamamento ao processo.....	321
15.8 Chamamento à autoria previsto no art. 486 da CLT.....	326
16 – SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL	331
16.1 Introdução.....	331
16.2 Legitimação ordinária e extraordinária.....	332
16.3 Conceito	333
16.4 Espécies.....	334
16.5 Substituição processual e representação processual	335
16.6 Substituição processual e sucessão de partes	335

16.7 Substituição processual no processo do trabalho	335
16.8 Características da substituição processual trabalhista.....	336
16.9 Substituição processual e direitos metaindividuais trabalhistas.....	338
16.10 Substituição processual e Constituição de 1988.....	340
16.11 Substituição processual: CLT e outros diplomas legais.....	343
16.12 Rol de substituídos	345
16.13 Liquidação	346
16.14 Coisa julgada e litispendência na substituição processual.....	347
16.15 Substituição processual e execução.....	348
16.16 Conclusão	349
17 – CONDIÇÕES DA AÇÃO E PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS	351
17.1 Direito de ação	351
17.2 Elementos da ação.....	352
17.3 Classificação das ações	353
17.4 Condições da ação.....	355
17.5 Pressupostos processuais	358
17.6 Comissão de Conciliação Prévia	360
18 – PETIÇÃO INICIAL DA AÇÃO TRABALHISTA	363
18.1 Requisitos da petição inicial trabalhista.....	363
18.1.1 Valor da causa.....	367
18.1.2 Provas.....	370
18.1.3 Requerimento de citação.....	371
18.2 Pedido.....	371
18.3 Emenda da petição inicial.....	376
18.4 Indeferimento da petição inicial	378
18.5 Distribuição da ação.....	383
18.6 Tutela antecipada	384
18.6.1 Antecipação da tutela na sentença	399
19 – PROCEDIMENTO	403
19.1 Classificação dos procedimentos	403

19.2 Procedimento ordinário	405
19.3 Procedimento sumaríssimo	410
19.4 Procedimento de alçada	418
19.5 Procedimento nas ações decorrentes da ampliação da competência da Justiça do Trabalho	418
19.6 Suspensão do processo	419
20 – RESPOSTAS DO RÉU	425
20.1 Classificação	425
20.2 Exceções	426
20.2.1 Exceção de incompetência	428
20.2.2 Exceções de impedimento e de suspeição	429
20.3 Contestação	433
20.4 Reconvenção	438
20.5 Ação declaratória incidental	442
21 – REVELIA	445
21.1 Conceito	445
21.2 Efeitos da revelia	447
21.3 Revelia e confissão quanto à matéria de fato	451
22 – PROVAS	455
22.1 Objeto da prova	455
22.2 Classificação	456
22.3 Ônus da prova	457
22.4 Valoração da prova	462
22.5 Meios de prova	462
22.5.1 Depoimento pessoal	464
22.5.1.1 Confissão	466
22.5.2 Documentos	469
22.5.2.1 Juntada de documentos	476
22.5.2.2 Exibição de documentos	477
22.5.2.3 Arguição de falsidade	479

22.5.3 Testemunhas.....	480
22.5.4 Perícia	487
22.5.5 Inspeção judicial.....	495
23 – SENTENÇA.....	497
23.1 Conceito	497
23.2 Classificação.....	499
23.3 Julgamento imediato de processos repetidos	502
23.4 Requisitos da sentença	508
23.5 Honorários advocatícios	515
23.6 Custas e despesas processuais	518
23.7 Conciliação, desistência da ação e homologação judicial	527
23.8 Coisa julgada	531
23.8.1 Conceito	531
23.8.2 Limites da coisa julgada.....	534
23.8.3 Eficácia preclusiva da coisa julgada.....	538
23.9 Coisa julgada criminal e efeitos no processo do trabalho	539
24 – RECURSOS.....	543
24.1 Teoria geral dos recursos	543
24.2 Conceito de recurso	543
24.3 Natureza jurídica do recurso.....	544
24.4 Princípios dos recursos.....	544
24.5 Classificação dos recursos.....	548
24.6 Pressupostos recursais	549
24.6.1 Pressupostos recursais subjetivos	550
24.6.2 Pressupostos recursais objetivos.....	551
24.7 Juízo de mérito dos recursos.....	573
24.8 Efeitos dos recursos.....	574
24.9 Recursos em espécie no processo do trabalho.....	588
24.9.1 Recurso ordinário	588
24.9.2 Agravo de instrumento.....	592
24.9.3 Recurso de revista.....	600

24.9.4 Embargos no TST	611
24.9.5 Agravo regimental	614
24.9.6 Embargos de declaração	617
24.9.7 Agravo de petição	622
24.9.8 Recurso extraordinário	623
24.10 Recurso adesivo	629
24.11 Correição parcial	631
24.12 Pedido de revisão	632
24.13 Remessa de ofício	632
24.14 Poderes do Relator	634
24.15 Uniformização da jurisprudência	637
24.16 Julgamento nos tribunais e incidente de assunção de competência	641
24.17 Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	643
25 – LIQUIDAÇÃO	647
25.1 Conceito e natureza jurídica	647
25.2 Limites.....	649
25.3 Conta de liquidação e decisão de liquidação	650
25.3.1 Juros e correção monetária.....	651
25.4 Impugnação à decisão de liquidação pelo executado	656
25.5 Modalidades de liquidação.....	657
25.6 Liquidação das contribuições previdenciárias.....	662
25.7 Impugnação à decisão de liquidação pelo exequente	663
26 – EXECUÇÃO	665
26.1 Conceito e natureza jurídica	665
26.2 Normas aplicáveis	669
26.3 Competência.....	670
26.4 Legitimidade.....	671
26.4.1 Legitimidade ativa.....	671
26.4.2 Legitimidade passiva.....	674
26.5 Desconsideração da personalidade jurídica.....	677
26.6 Responsabilidade do ex-sócio.....	693

26.7 Fraude à execução.....	697
26.8 Ato atentatório à dignidade da Justiça.....	699
26.9 Título executivo.....	701
26.10 Modalidades de execução.....	703
26.10.1 Execução definitiva e provisória.....	703
26.10.1.1 Execução provisória de tutela específica: obrigações de fazer, não fazer e entrega de coisa.....	711
26.10.2 Execução de prestações sucessivas.....	717
26.10.3 Execução de obrigação alternativa.....	718
26.10.4 Execução de obrigação de fazer e de não fazer.....	719
26.10.5 Execução para a entrega de coisa.....	725
26.10.6 Execução de obrigação de pagar quantia certa.....	729
26.10.6.1 Aplicabilidade do art. 475-J do CPC.....	736
26.11 Embargos à execução.....	741
26.12 Impugnação do exequente.....	760
26.13 Embargos de terceiro.....	761
26.14 Penhora.....	770
26.14.1 Penhora de créditos.....	775
26.14.2 Penhora de estabelecimento.....	776
26.14.3 Mais de uma penhora sobre o mesmo bem.....	777
26.14.4 Bens penhoráveis e bens impenhoráveis.....	778
26.14.5 Penhora de bem hipotecado.....	783
26.15 Avaliação.....	790
26.16 Arrematação.....	791
26.17 Adjudicação.....	797
26.18 Remição.....	800
26.19 Alienação por iniciativa particular.....	802
26.20 Execução de contribuições previdenciárias.....	803
26.21 Execução contra a Fazenda Pública.....	805
26.22 Execução contra a massa falida.....	819
26.23 Execução contra empresa em liquidação extrajudicial.....	822
26.24 Custas e emolumentos na execução.....	823

26.25 Suspensão da execução	827
26.26 Desistência da execução.....	828
26.27 Extinção da execução.....	829
26.28 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.....	830
27 – DISSÍDIO COLETIVO	841
27.1 Conceito	841
27.2 Classificação	841
27.3 Requisitos, limites e natureza jurídica.....	843
27.4 Competência	849
27.5 Legitimidade.....	850
27.6 Dissídio coletivo de greve.....	856
27.7 Instauração do dissídio coletivo.....	860
27.8 Conciliação, instrução e julgamento	863
27.9 Eficácia e vigência no tempo da sentença normativa.....	867
27.10 Recurso	872
27.11 Extensão da sentença normativa.....	873
27.12 Revisão	875
27.13 Ação de cumprimento	876
27.14 Coisa julgada no dissídio coletivo	880
28 – AÇÃO CIVIL PÚBLICA	891
28.1 Introdução	891
28.2 Origem.....	892
28.3 Fundamento normativo.....	892
28.4 Ação civil pública e ação civil coletiva	893
28.5 Direitos metaindividuais nas relações de trabalho.....	896
28.6 Sistema processual de tutela coletiva	897
28.7 Danos materiais e morais coletivos.....	899
28.8 Legitimidade.....	903
28.9 Competência	911
28.10 Rol dos substituídos	914
28.11 Litispendência.....	917

28.12 Coisa julgada	920
28.13 Abrangência territorial da sentença e da coisa julgada	922
28.14 Conclusão.....	928
29 – MEDIDAS CAUTELARES.....	929
29.1 Definição.....	929
29.2 Classificação	932
29.3 Competência.....	933
29.4 Requisitos.....	935
29.5 Procedimento.....	936
29.6 Características.....	939
29.7 Fungibilidade.....	939
29.8 Liminar.....	940
29.9 Eficácia da medida cautelar.....	943
29.10 Sentença e coisa julgada.....	946
29.11 Responsabilidade.....	947
29.12 Medidas cautelares típicas ou específicas.....	948
29.12.1 Arresto.....	949
29.12.2 Sequestro.....	951
29.12.3 Caução.....	952
29.12.4 Busca e apreensão.....	955
29.12.5 Exibição	956
29.12.6 Produção antecipada de provas	957
29.12.7 Justificação.....	958
29.12.8 Protestos, notificações, interpelações	960
29.12.9 Atentado	962
30 – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	965
30.1 Inquérito para apuração de falta grave	965
30.2 Ação de consignação em pagamento	972
30.3 Ação de prestação de contas	977
30.4 Ação cominatória.....	979
30.5 Ações possessórias.....	980

30.6	Habilitação	983
30.7	Restauração de autos.....	984
30.8	Ação revisional	986
30.9	Ação monitória.....	988
30.10	Mandado de segurança	993
30.11	<i>Habeas corpus</i>	1007
30.12	<i>Habeas data</i>	1011
30.13	Mandado de injunção	1013
30.14	Ação rescisória.....	1014
30.14.1	Introdução	1014
30.14.2	Natureza jurídica	1014
30.14.3	Cabimento	1015
30.14.4	Competência	1019
30.14.5	Legitimidade	1020
30.14.6	Hipóteses de admissibilidade.....	1022
30.14.7	Prazo	1038
30.14.8	Procedimento	1041
30.14.9	Depósito prévio	1045
30.14.10	Decisão.....	1052
30.14.11	Recurso.....	1053
BIBLIOGRAFIA.....		1057
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO		1075